



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

**PROCESSO TC 17.089/16**

### RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa, concedendo Aposentadoria Voluntária com proventos integrais ao Sra. Maria de Lourdes Araújo dos Santos, Matrícula nº 14.794-0, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que contava, à época do ato, com 11.961 dias de tempo de serviço, e idade de 55 anos. De acordo com o órgão de instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

***Antônio Gomes Vieira Filho***

*Cons. Substituto - Relator*

### **PROPOSTA DE DECISÃO**

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, proponho que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo e conceda-lhe o competente registro.

É a proposta !

***Antônio Gomes Vieira Filho***

*Cons. Substituto - Relator*



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

## 1ª CÂMARA

Processo TC nº 17.089/16

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): Maria de Lourdes Araújo dos Santos

Órgão: Instituto de Previdência do Município de João Pessoa.

Gestor Responsável: Marcio Diego Fernandes Tavares de Albuquerque

Procurador/Patrono: Não Há

Aposentadoria Voluntária com proventos integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

### ACÓRDÃO AC1 – TC – nº 2.823 /2017

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do Processo TC nº 17.089/16 referente à Aposentadoria Voluntária com proventos integrais da Sra. Maria de Lourdes Araújo dos Santos, Matrícula nº 14.794-0, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e da proposta de decisão do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório, tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento a Representante do Ministério Público.

**Publique-se, registre-se e cumpra-se.**

TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 14 de dezembro de 2017.

Assinado 19 de Dezembro de 2017 às 10:05



**Cons. Fernando Rodrigues Catão**

PRESIDENTE

Assinado 18 de Dezembro de 2017 às 17:46



**Cons. Subst. Antônio Gomes Vieira Filho**

RELATOR

Assinado 19 de Dezembro de 2017 às 14:03



**Manoel Antonio dos Santos Neto**

MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO